

*Proceder a  
junção ao  
processo  
Dr. Illiamauf  
04.05.16*

**NOTA TÉCNICA Nº 03/2016**

*Nota Técnica sobre a PEC nº 127/2015. Altera o art. 109 da Constituição Federal. Competência da Justiça Federal. Ações decorrentes de acidentes de trabalho. União, entidades autárquicas, empresas públicas e das sociedades de economia mista interessadas. Altera as regras da competência delegada da Justiça Federal para a Justiça Estadual.*

**A ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL – AJUFE**, entidade de classe de âmbito nacional representativa dos magistrados federais, em cumprimento de seu dever institucional de colaborar com o processo legislativo, por meio de seu Presidente, apresenta a Vossa Excelência **Nota Técnica** relacionada à PEC 127/2015, de autoria do Senador José Pimentel, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

De acordo com a “Justificação” da proposta de emenda à constituição em referência, a proposição tem por objetivo a transferência da competência jurisdicional das causas decorrentes de acidente de trabalho, sempre que envolverem instituição de previdência social. A alteração visa promover a unificação, na Justiça Federal, da competência para o julgamento de todas as demandas de natureza previdenciária, para maior racionalidade e coerência ao sistema. Também visa reduzir a competência delegada da Justiça Federal para a Justiça Estadual, disposta no § 3º do art. 109 da CF/88.

O Senador José Maranhão apresentou relatório e parecer favorável à alteração do texto constitucional, já aprovado, com emenda, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, nos seguintes termos:

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
**PEC Nº 127 DE 15**  
Nº. **47** **47**



Art. 1º O art. 109 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 109. ....

I – as causas em que a União, entidade autárquica federal, empresa pública federal ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho. ....

§ 3º As causas de competência da justiça federal poderão ser processadas e julgadas na justiça estadual, nos termos da lei, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal.

.....” (NR)

## I. COMPETÊNCIA DELEGADA:

O Conselho Nacional de Justiça promoveu, em 17 e 18 de fevereiro de 2014, audiência pública para discutir o tema da competência delegada.

Como solução viável para dotar de mais eficiência a primeira instância do Judiciário brasileiro, **o próprio CNJ concluiu pela extinção ou redução da competência delegada, nos termos do Relatório anexo.**

Assim, a proposta em referência encontra-se em plena consonância com a posição do Órgão Central do Judiciário, responsável pelo planejamento estratégico e controle de sua gestão administrativa; e com missão precípua de contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com eficiência e efetividade com redução de custos, em benefício da Sociedade.

## II. ACIDENTE DE TRABALHO

Além disso, considerando a identidade e similitude entre os benefícios previdenciários previstos nas legislações atinentes, mostra-se imprescindível que a competência judicial seja unificada de forma a atualizar a Constituição Federal à realidade atual.

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PEC Nº 127 DE 15  
Art. 48 w





Não se mostra razoável, em nome da efetividade da pretensão do segurado, que as demandas previdenciárias decorrentes do benefício acidentário sejam apreciadas numa seara da Justiça e os demais benefícios previdenciários noutra, uma vez que envolve demandas de mesma natureza.

A AJUFE entende que a unificação da competência, nessa situação em análise, reduzirá sobremaneira a litigiosidade e os desgastes provocados pelos casos de conflito de competência entre a Justiça Federal e Estadual, sempre prejudiciais ao razoável e adequado tempo de duração dos processos.

Para a Administração Pública, igualmente, a unificação do julgamento de todas as demandas de natureza previdenciária na Justiça Federal acarretará vantagens, dada a uniformização dos procedimentos, a otimização do quadro de servidores e a redução da litigiosidade, além da economia de recursos públicos com o não pagamento de custas judiciais, que são devidas na justiça estadual, ao tempo que o INSS tem isenção dessas despesas na Justiça Federal.

Ressalte-se, ademais, que se o segurado atualmente sofrer um infortúnio laboral estará privado de se socorrer do procedimento célere do Juizado Especial Federal, cujo rito dispensa o pagamento de custas e de despesas processuais; além do que possui menor taxa de congestionamento, maior índice de virtualização e expertise na matéria previdenciária.

### III. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL

Quanto ao deslocamento do processamento e julgamento das causas que envolvam sociedades de economia mista federais, é importante esclarecer que estas, da mesma forma que a empresa pública federal, se dedicam ao exercício de atividade econômica ou de serviços públicos federais, ou seja, as sociedades de economia mista federais são constituídas com mais de 50% de recursos públicos federais; e seguem a premissa lógica disposta para os entes federais previstos no art. 109, da CF. Isto reforça a tese de isonomia entre

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
REC Nº 127 DE 15  
fl(s). 49 w



ambas quanto à Justiça competente para apreciar seus litígios, que deve ser a Justiça Federal.

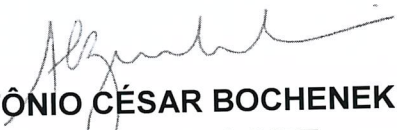
Da mesma forma, é evidente a celeridade dos processos que tramitam na Justiça Federal, o que, somada às custas judiciais de valor inferior na seara federal, representará uma economia considerável aos cofres públicos.

Além de todas as razões acima expostas, a PEC 127/2015, relatada pelo Senador José Pimentel, foi subscrita por mais 28 senadores, superando, com isso, o mínimo necessário de 1/3 exigido pelo art. 60, inciso I, da Constituição Federal.

Assim, pelas razões aqui expostas, entende a AJUFE que já é tempo se de compatibilizar a nossa legislação constitucional quanto à competência judiciária ao contexto atual do sistema previdenciário, de forma a torná-lo mais eficiente ao jurisdicionado segurado; e, no âmbito das sociedades de economia mista federais, para tornar o sistema judicial mais eficiente e econômico.

A AJUFE fica à disposição para qualquer esclarecimento ou debate sobre o tema, no intuito de colaborar com o Senado Federal em matéria tão relevante.

Brasília/DF, 03 de Maio de 2016.

  
**ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK**  
Presidente da AJUFE

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PEC Nº 127 DE 15  
fl(s). 5047